

Título:	A MOEDA SOCIAL E O FORTALECIMENTO DO ESPAÇO DIFERENCIAL NA PERIFERIA
Autor:	Gustavo Resgala Silva
Filiação Institucional:	Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG – Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU)
Orientador:	Roberto Luís de Melo Monte-Mór
Resumo do texto:	<p>Esta reflexão visa explorar as relações entre pobreza urbana e desenvolvimento, abordando o processo de produção do espaço periférico urbano e a criação de moedas sociais locais. A análise tem em vista a classificação de Lefebvre dos diferentes processos componentes da produção do espaço junto à distinção entre urbano enquanto processo socioespacial emancipatório e urbano industrial, advindo unicamente da lógica de industrialização.</p> <p>Assim, experiências comunitárias de questionar o sistema monetário (e demais aspectos da lógica hegemônica) e de promover alterações locais nas relações econômicas, sociais e políticas, configuram a demarcação de um território onde ganha força a diferença e a criatividade.</p>
Palavras-chave:	periferias urbanas; moeda social; economia solidária; desenvolvimento endógeno
Área temática:	2. ECONOMIA

A MOEDA SOCIAL E O FORTALECIMENTO DO ESPAÇO DIFERENCIAL NA PERIFERIA

INTRODUÇÃO

A reflexão¹ aqui presente visa explorar as relações entre pobreza urbana e desenvolvimento, abordando o processo de produção do espaço periférico urbano e a criação de moedas específicas de abrangência local – as moedas sociais –, enquanto iniciativas de *endodesenvolvimento* de áreas pobres.

O caminho da discussão é estruturado tendo em vista a classificação de Henri Lefebvre (1993)² dos diferentes processos componentes da produção do espaço urbano (espaço social, espaço abstrato e espaço diferencial), junto à distinção apresentada por ele entre urbano enquanto processo socioespacial emancipatório e urbano industrial, processo de produção do espaço advindo unicamente da lógica de industrialização.

É, pois, lançada a questão: em que medida a circulação de uma moeda social contribui para um processo de reestruturação urbana de uma área? Levando para uma aplicação mais específica da ótica lefebviana, a questão seria: em que medida a circulação de uma moeda social pode significar o fortalecimento de um *espaço diferencial* - como descrito por Lefebvre - na periferia urbana?

São evidenciados também aspectos de territorialidade em torno de tais experiências, pois o estabelecimento de uma moeda social local pressupõe a preexistência do local, ou seja, que haja coerção e relações urbanas já estabelecidas na área.

De fato, este texto não tem o objetivo de responder tal questão, mas a partir dela inicia a construção de um olhar sobre os possíveis significados da adoção da moeda social na periferia urbana, e usa da contribuição que Lefebvre traz para a produção do espaço urbano contemporâneo.

A base teórica para a construção da análise do trabalho é fundamentada em dois autores principais, o filósofo francês Henri Lefebvre e o economista brasileiro Paul Singer. De Lefebvre é aqui apropriada a discussão de produção do espaço enquanto alternativa de pensar o urbano abarcando suas complexidades. Já Paul Singer é referência nos estudos da economia solidária e, mais propriamente, no acompanhamento da criação de moedas sociais no país nos últimos anos.

Também é acrescida nesse debate a visão do economista Celso Furtado em sua conceituação de desenvolvimento para além da ideia de crescimento econômico e do historiador econômico Karl Polanyi que apresenta a problemática da naturalização e autonomia dos fenômenos econômicos sobre as demais esferas da sociabilidade humana.

O item seguinte trata do processo de produção da periferia urbana e dos conceitos em torno da abordagem lefebviana. Já o terceiro item apresenta a moeda social circulante local e sua relevância enquanto alternativa à lógica monetária/econômica hegemônica. Por fim, são feitas considerações em torno

¹ Este texto apresenta uma reflexão preliminar que marca o início dos estudos do processo de pesquisa de Doutorado.

² A referência utilizada de Lefebvre (1993) do livro *"The Production of Space"* foi, em sua maioria, lida na versão em processo de tradução por Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do IGC/UFMG. A versão lida foi disponibilizada para estudos sobre Lefebvre no NPGAU/UFMG ao longo do ano de 2012.

das possíveis relações entre os significados da adoção de uma moeda social na periferia e a ampliação do horizonte de realização do urbano lefebvriano naquela realidade.

A periferia urbana e o espaço diferencial

Conforme estudos da sociologia urbana, os problemas que permeiam a realidade da cidade – como segregação, adensamento e insalubridade – foram, a partir do surgimento da cidade industrial, potencializados e expandidos junto com a dinâmica de acumulação de capital³.

De fato, a lógica do capitalismo industrial é hegemônica nas cidades para além dos meios e espaços da produção, sendo fator determinante para todas as demais esferas da vida, isto é, para a reprodução das relações sociais, políticas, culturais etc. (LEFEBVRE, 2008; MONTE-MÓR, 2006b, SILVA, 2015;). Sobre o processo histórico de apropriação da cidade pela indústria, Silva (2015) aponta:

Ocorreu então um movimento duplo: a indústria tanto retorna às cidades quanto produz as suas próprias áreas urbanizadas; se apropria da cidade e a recria. Onde encontrou cidades antigas a indústria delas se apropriou intensamente. As cidades pré-existentes se expandem; surgem cidades operárias e subúrbios, surgem assentamentos precários. Onde a industrialização não ocupa ou fixa a mão de obra disponível proliferam cidades amputadas, dotadas apenas do indispensável à reprodução precária. (SILVA, 2015, p. 326).

Há, portanto, uma nova organização do espaço, que atinge inclusive o campo, estendendo no território as infraestruturas e as *condições gerais de produção* relativas à produção e ao consumo para o mercado.

Monte-Mór (2001, 2006a, 2006b) constrói, a partir dos estudos do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre sobre a origem e definição da cidade, uma estruturação conceitual da cidade composta pela tríade *festa, poder e excedente*, tratando, respectivamente, das dimensões cultural (experiência coletiva), política e econômica da vida urbana. Se seguirmos nesta ótica, o capitalismo industrial, por constituir uma lógica de produção, acumulação e exploração da força de trabalho, acaba por produzir cidade que nega o urbano quando compõe espaços onde não há condições para manifestações políticas, culturais e apropriações coletivas das riquezas ali geradas.

Sendo a atividade industrial a expressão mais visível da lógica capitalista, a cidade, ou melhor, a produção social do seu espaço, também tem como agentes o capital imobiliário, o Estado e a população, que de maneira distinta (seja complementar ou contraditória, e com diferentes “pesos”) desempenham o seu papel na cena urbana⁴.

³ Para análises sobre como a indústria interfere historicamente na configuração urbana e em sua dinâmica, ver Mumford (2008).

⁴ Marques (2005) classifica os diferentes tipos de capitais “concretos e específicos” que agem no cenário urbano, sejam aqueles que têm o espaço como secundário em sua atividade produtiva, ou aqueles formados pelos capitais produtores do ambiente construído, os quais têm o espaço como central no seu processo de valorização. Incluem-se neste último os capitais envolvidos com a promoção imobiliária, os capitais construtores de infraestrutura urbana e os envolvidos com a promoção de serviços urbanos. Tal classificação acaba por indicar a necessidade de estudos específicos e detalhados sobre cada conjunto de atividades, pois, de fato, apenas o primeiro grupo (o capital imobiliário) encontra referente citação na literatura dos estudos urbanos. A classificação feita por Correa (1995) apresenta como agentes o Estado, os

Partindo da compreensão de que a questão da propriedade privada integra o “jogo capitalista” (SINGER, 1979, p. 21), o mercado fundiário regula as distâncias sociais objetivadas na cidade, processo da produção espacial entendido como resultado da dominação social de classes. Sob este aspecto, revela-se a fundamental presença do Estado no processo de mercantilização fundiária através do provimento de serviços de infraestrutura urbana, instrumentos regulatórios e incentivos diversos que interferem no “valor” aferido à terra, o que de certa forma direciona a expansão urbana e reforça a espacialização das desigualdades sociais entre classes no território.

Bourdieu (1997) tem o território urbano como peça-chave nas disputas por apropriação de bens e serviços. A liderança na disputa pela localização no espaço urbano é determinada pela posse do capital, sob suas diferentes vertentes – capital social, cultural ou econômico financeiro. Neste sentido, aqueles desprovidos de capital se “assentam” em regiões até então à margem dos interesses especulativos do mercado imobiliário, como a periferia urbana, favelas e cortiços. São áreas predominantemente residenciais, marcadas ou pela irregularidade da ocupação ou nas quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pelas populações de baixa renda.

Lefebvre tem a formação do espaço periférico como um processo de dominação burguesa que nega às classes inferiores o direito à cidade – um urbano *sem festa, poder e excedente econômico*. (SILVA, 2015).

Portanto, a ideia de periferia não se refere aqui, estritamente a uma distância física das áreas mais centrais, mas sim como parte integrante de uma lógica espacial que nega o urbano, revelando-a como zona urbana da precariedade (carência em infraestrutura urbana) e como local da reprodução da força de trabalho, “onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica.” (KOWARICK, 1979, p. 35). Nestes termos, podemos inserir as áreas de favelas e cortiços, mesmo quando centrais, como áreas que se encontram nas “periferias” de uma configuração urbana satisfatória⁵.

Assim, o processo de periferização dos setores de baixa renda da população é visível na acessibilidade socioeconômica que é restrita a subempregos informais e mal-remunerados, moradias autoconstruídas ou de baixa qualidade construtiva (caso, muitas vezes também dos conjuntos habitacionais implantados pelo Estado), e a uma educação e informação de má qualidade e com alto índice de analfabetos e alfabetizados incompletos, que reflete diretamente na incapacidade de uma participação política ativa destas pessoas no urbano e sua precária inserção no mercado de trabalho.

Em síntese, a ideia de periferização é aqui compreendida além de um locus, e sim de um processo dialético entre a hierarquia social e a configuração físico espacial, com inflexões também econômicas, políticas e culturais.

De inspiração marxista há uma visão consolidada da periferia definida como espaço da reprodução da força de trabalho, marcado por uma situação de carência e tido como socialmente homogêneo, sendo seus problemas

grupos excluídos da sociedade, os proprietários dos meios de produção (abordando assim a indústria), proprietários fundiários e promotores imobiliários (estes últimos englobando as nuances do capital imobiliário).

⁵ Como bem aponta Milton Santos (1987, p. 81), ao analisar o “lugar e o valor do indivíduo”, estar distante, é se condenar à pobreza. (PAVIANI, 1994).

resultado da ação negativa do Estado e do mercado de trabalho. Contudo, ainda que sintetize a dinâmica de periferização da moradia destinada a famílias de baixa renda, essa conceituação não esgota as possibilidades de constituição do espaço periférico que se torna cada vez mais diversificado.

Desde meados da última década, tem ganhado espaço estudos que revelam uma complexidade muito maior da estrutura social urbana que a vista nos estudos clássicos. Se por um lado, os espaços exclusivos das camadas mais pobres são evidentes, por outro, a diversidade da estrutura socioeconômica e a complexidade de sua distribuição espacial continuam em crescimento. Sendo assim, embora o espaço urbano se mantenha marcadamente segmentado, as áreas periféricas revelam internamente a emergência de uma nova dinâmica entre moradia e trabalho, além um relativo grau de heterogeneidade social. (MARQUES; TORRES, 2005; LAGO, 2009).

É fato que, frente às diversas leituras da dinâmica urbana e regional que marcaram as últimas décadas, fica a impressão, segundo Costa (2003) e Topalov (1988), de que estamos presenciando um momento de crise no pensar a cidade. Esta situação de incertezas, segundo Costa (2007), teria como um dos aspectos os “questionamentos em torno da suficiência dos paradigmas críticos de orientação estruturalista e marxista em dar resposta à complexidade dos fenômenos socioespaciais urbanos.” (p. 6).

Assim, a proposta deste texto de utilizar das contribuições do pensamento filosófico de Henri Lefebvre visa avançar no olhar sobre a cidade. De fato, a ótica eminentemente espacial da teoria lefebvriana evidencia uma natureza unitária para a cidade que abrangem diversos aspectos econômicos, políticos e sociais, que são ou negligenciados ou não trabalhados em conjunto por outras teorias urbanas.

Há de se considerar que as análises urbanas de cunho estruturalista e marxista introduziram importantes avanços no conhecimento do processo urbano no capitalismo. No entanto, o enfoque economicista da economia política tem como desvantagem, segundo Fainstein (1997), “a negação da validade de percepções subjetivas que orientam o comportamento humano” (p.23) e, segundo Gottdiener (1993), o fato de desconsiderar “a importância que a dimensão espacial tem para a análise dos fenômenos urbanos”. (p. 370).

Une-se a tais questionamentos a recente reestruturação econômica mundial, que evidencia o fim do objeto de estudo das análises estruturalistas: a “metrópole fordista keynesiana”, um “produto” tido como acabado, que se dissipa junto com a suficiência das ideias que se ancoravam em suas dinâmicas. (COSTA, 2003).

Entendo que a inspiração marxista se configura como um forte direcionamento teórico para a compreensão dos fenômenos urbanos atuais, contanto que busquemos um olhar que avance seu ortodoxo economicismo, indo além das lutas de classes, pois, segundo Santos (2007), os limites da visão de inspiração marxista não descartam a possibilidade e necessidade de renová-la.

Se, portanto, as visões que reduzem a dinâmica urbana aos efeitos do modo de produção capitalista são questionadas, a divisão dos grupos sociais no território da cidade deve ser percebida também a partir de um olhar que avance em sua complexidade e nos diferentes agentes que produzem esta divisão socioespacial.

Neste contexto, a investigação de possibilidades de avanço frente aos fenômenos socioespaciais nos leva ao pensamento filosófico de Henri Lefebvre. A teoria lefebvriana da produção do espaço busca construir um pensamento que seja capaz de compreender o espaço como um produto social que, diferente do aspecto economicista que caracteriza as teorias socioespaciais dos anos 70 e 80, não trata de forma separada as dimensões econômica e política. (COSTA, 2003).

Lefebvre utiliza muito da visão de Marx ao abordar os fenômenos urbanos, porém, ao invés de traçar seu entendimento segundo a relação capital-trabalho, o faz partindo da produção do espaço. A visão lefebvriana de cidade e região enquanto espaço socialmente produzido vai além da condição de um produto (o ambiente construído), para avançar para uma noção de processo: obra de uma contraditória relação entre os diferentes agentes construtores da vida urbana. Para Lefebvre, além de ser meio de produção, o espaço é também um meio de controle, e portanto, de dominação, de poder (LEFEBVRE, 1993).

O pensamento filosófico de Henri Lefebvre nos leva a compreensão da composição urbana enquanto um sistema de *layers*, onde diferentes processos de produção do espaço se sobrepõem e se misturam, visão esta que legitima os conflitos e contradições característicos da realidade da cidade.

Apresento os tipos de espaço de Lefebvre pela metáfora do sistema de *layers* entendo-os em um funcionamento semelhante a um *software* de desenho gráfico ou de geoprocessamento, pelo qual é possível sobrepor camadas com ferramentas de transparência, mesclas de seus atributos, ou até de ocultar certos elementos, conforme o que se deseja para a análise. Assim, conforme o ponto de vista da análise, é possível, para um mesmo espaço geográfico, serem evidenciados diferentes processos que configuram ali diferentes tipos de espaços. Lefebvre classifica os processos de produção do espaço conforme os agentes que ali atuam e seus diferentes interesses.

O filósofo utiliza do conceito de espaço social, que se refere ao espaço de apropriação (valores de uso) “produzido pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana” (LEFEBVRE, 1979, p. 290 *apud* COSTA, 2003, p. 12); e também do conceito de espaço abstrato, ou espaço da expropriação, comandado pela lógica da produção e acumulação capitalista:

Esse espaço [espaço abstrato] formal e quantificado nega as diferenças, as que provêm da natureza e do tempo (histórico), assim como as oriundas do corpo, idades, sexos, etnias. [tradução conforme nota 2⁶] (LEFEBVRE, 1993, p. 49).

Neste sentido, as relações socioespaciais são tomadas dialeticamente como produtor e produto, e a relação entre valor de uso e valor de troca produz, ao mesmo tempo, um espaço social de usos e um espaço abstrato de expropriação. Das contradições inerentes ao espaço abstrato surge o chamado “espaço diferencial” que, baseado no conceito de diferença busca resistir ao poder de homogeneização da lógica de acumulação⁷.

⁶ Formal and quantitative, it [the abstract space] erases distinctions, as much those which derive from nature and (historical) time as those which originate in the body (age, sex, ethnicity). (LEFEBVRE, 1993, p. 49).

⁷ Tendo como base o potencial de emancipação social, este espaço encontra na vida cotidiana seu agente produtor, com o objetivo de “resgatar o valor de uso do espaço da tendência em transformá-lo unicamente em valor de troca” (COSTA, 2003, p. 13).

O conceito lefebvriano de diferença, não se baseia nas particularidades individuais, “mas nas diferenças que emergem de um processo de luta”. Dessa forma, com o foco na luta cotidiana, este conceito não se enquadra nas diferenças em termos étnicos e de gênero, mas sim frente às relações homogeneizadoras impostas pela dinâmica capitalista, que reduz o espaço social (de usos) a um espaço abstrato de expropriação (de trocas). (COSTA, COSTA, 2005).

Também outra relação pode ser feita a partir da abordagem do sociólogo espanhol Manuel Castells (1999) do processo de construção social da identidade⁸. Mesmo que seu estudo não abarque a dimensão espacial proposta deste trabalho⁹, sua classificação das formas e origens de construção de identidades também evidencia as contradições inerentes à dinâmica urbana. O autor classifica como identidade legitimadora a que é “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (p. 24), e, portanto, entendo que este padrão social (assim como o “padrão” lefebvriano espacial da expropriação) promove a manutenção das desigualdades socioespaciais: uma homogeneização que elimina, de forma avassaladora, as diferenças e as possibilidades de emancipação social.

Concordo que há riscos em adicionar à discussão da importância do fator espacial a contribuição de Castells, já que este, conforme Gottdiener (1993), ignora a dimensão territorial/espacial na análise da cidade. Porém, na busca por parâmetros que evidenciem um caminho de confronto às contradições presentes na cena urbana, encontramos o que o autor destaca como “identidade de resistência”.

Para Castells (1999), a visão de uma força de resistência (identidade de resistência) a este processo provém “de atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação” (p. 24). Este padrão teria como base “princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes” (p. 24).

Utilizo de tal abordagem no entendimento de que, se os princípios, conforme apresentado na citação acima, estiverem focados nas contradições inerentes ao processo capitalista, temos, assim, a produção de um espaço diferencial, pois, segundo a égide lefebvriana, “nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser ao mesmo tempo uma revolução conscientemente espacial” (SOJA, 1993, p. 116).

Tendo por alicerce o pensamento de Lefebvre e com a contribuição de Castells, busco, assim, as bases para a inserção da perspectiva espacial na análise dos possíveis significados da criação de uma nova moeda de circulação restrita em uma área periférica. O item seguinte faz uma breve reflexão da moeda social enquanto instrumento de desenvolvimento econômico local alternativo à lógica financeira oficial, sendo depois proposta uma interpretação espacial (ou lefebvriana) de seus possíveis efeitos e significados.

⁸No que diz respeito a atores sociais, Castells (1999) define o conceito de identidade como sendo “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (p. 22).

⁹Para as devidas ressalvas frente às divergências entre as teorias de Castells e Lefebvre, ver Soja (1993) e Gottdiener (1993).

A moeda social e o *endodesenvolvimento* na periferia

Paul Singer (2009), referência no estudo e acompanhamento¹⁰ das experiências de economia solidária no Brasil, faz a classificação do sistema financeiro como que composto por 3 partes:

I uma parte capitalista, formada por intermediários financeiros - bancos, companhias de seguro, corretoras etc. - que têm por objetivo fundamental o lucro, mais precisamente o maior retorno sobre o capital investido. II outra parte é estatal, composta por bancos federais e estaduais, que não deveriam visar lucro, mas a prestação de serviços ao público. E III uma grande variedade de intermediários financeiros, parte dos quais poderia ser chamada de social ou solidária, composta por bancos e outros intermediários financeiros privados que não visam lucro, mas o atendimento das necessidades de comunidades excluídas do acesso aos serviços das outras duas partes. (p. 69).

Dando, pois, enfoque neste terceiro aspecto, Singer descreve os tipos de instituições que visam atender os milhões de brasileiros excluídos do sistema financeiro oficial, seja pela falta de renda, pela realidade informal de trabalho, por morarem em áreas irregulares (como favelas e “ocupações”) e pela ausência de documentos, dentre outros – e que são integrados a comunidades em que quase totalidade dos membros estão na mesma condição.

Entre estas instituições se distinguem as que visam a maximização de lucros (como agiotas, empresas comerciais de empréstimos ou de sorteio de prêmios voltadas à baixa renda, dentre outras) e as que não visam ganhos pecuniários para si, mas apenas a prestação de serviços financeiros, que constituem, segundo Singer, as finanças sociais ou solidárias. Estas últimas englobam as entidades de microcrédito-EMCs, que atuam com fontes estatais ou internacionais, e as associações de poupança e crédito, como as cooperativas de crédito, que atuam com fundos rotativos alimentados pelos sócios locais. Há também a configuração de clubes de troca, que são associações autogestionárias que utilizam de moedas sociais específicas para a circulação local.

Neste sentido, destaco aqui a formação no Brasil a partir da década de 2000 dos Bancos Comunitários, que além de operarem com microcrédito visando o desenvolvimento de comunidades inteiras (e não apenas microprodutores como é mais comum), também, em muitos casos, funcionam como Clubes de Troca, tendo como propósito criar um mercado para um pequeno grupo: “algumas dezenas, no máximo centenas de pessoas ou famílias e desta forma promover o desenvolvimento local” (SINGER, 2009, p. 76).

Enquanto um avanço neste contexto, é destacada por Singer a experiência do Banco de Palmas no Conjunto Palmeiras em Fortaleza, o primeiro, segundo ele, a projetar um clube de trocas que em princípio tem por sócios os 23 mil habitantes do Conjunto (e mais moradores em bairros próximos) operando a partir da circulação da moeda local Palmas.

¹⁰ Singer é economista e professor da Universidade de São Paulo (USP) e titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

A experiência da moeda Palmas, iniciada em 2000, tem sido a maior referência no Brasil de criação de uma moeda no âmbito de uma economia solidária. Segundo a visão de Singer (2013), é atribuída à emissão da moeda a elevada eficácia nas ações do Banco em prol do desenvolvimento econômico das comunidades.

O Banco Palmas não somente criou a moeda, mas conseguiu que ela fosse aceita como dinheiro sonante pelo comércio do Conjunto Palmeiras e pelas comunidades vizinhas, que oferecem desconto no preço das mercadorias quando a compra é paga em Palmas. Esse acordo fez com que um volume acrescido de compras dos moradores tenha se concentrado nas lojas, mercearias, quitandas etc. no Grande Jangurussu, beneficiando não só o comércio, mas também as unidades de produção lá estabelecidas. (SINGER, 2013, p. 37).

A partir de 2005 houve um apoio do governo federal, por meio de convênio com o Banco Palmas, para disseminação da metodologia dos bancos comunitários pelo país, conformando a Rede Brasileira de Bancos Comunitários composta hoje por 110 bancos em 19 estados no país (incluindo o Distrito Federal) e mais recentemente a criação no fim de 2015 de uma associação em formato de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) denominada Banco Nacional das Comunidades, tratando-se do conjunto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento do país. Segundo o Instituto Palmas, mais de 80 bancos comunitários no país contam com moedas sociais.

De fato, ainda que a Rede Brasileira de Bancos Comunitários procure aplicar uma mesma metodologia que foi criada e é coordenada pelo Instituto Palmas em Fortaleza às experiências de circulação de moedas locais, cada experiência acaba por revelar dinâmicas e propósitos especiais para os quais foi criada, “posto que nasce da própria comunidade e é um processo de constante construção” (MENEZES, 2007, p. 48). Assim, tendo em comum a delimitação espacial em sua circulação, as iniciativas de instituição de moedas sociais revelam especificidades locais que acabam por permitir que muitos aspectos de análise, como é o caso do regime legal e regulatório abordado pela tese de Freire (2011), estejam ainda em aberto¹¹.

Assim também é presente reflexo visível de alguns aspectos até então não estudados da circulação de uma moeda social, que é a ótica espacial de seus (potenciais) efeitos e significados. Ou seja, a busca por evidenciar na adoção de um sistema monetário alternativo de base local, e social (entendendo que está a serviço das comunidades que as criam e implementam) os aspectos de produção de um espaço diferencial frente à abstração que é hegemônica na produção das cidades e metrópoles.

Grosso modo, a moeda social se configura como um acordo feito entre pessoas de uma comunidade para o uso de um meio de pagamento restrito ao

¹¹Há estudos desenvolvidos na busca por investigar a moeda social e seu papel na dinâmica financeira social e jurídica brasileira, dentro os quais cito a tese de Freire (2011) que tem seu foco no regime legal e regulatório aplicável às moedas sociais, a tese de Soares (2006), que visa a compreensão interdisciplinar da moeda social, abarcando o seu conceito e potencial de uso no fortalecimento de uma economia solidária, também a dissertação de Menezes (2007) que tem o foco no papel da moeda sobre o quadro de exclusão econômica do país, e a tese de Rigo (2014), que investiga as transformações nas relações socioeconômicas no território em direção à melhoria das condições de vida locais.

espaço onde vivem (um incentivo para o consumo local) e que é coexistente com a moeda nacional.

Sucintamente, os aspectos mais importantes destas moedas são: i) iniciam-se no terceiro setor, isto é, fora do Estado e do mercado capitalista; ii) existe restrição do uso no espaço e iii) inexistem práticas de taxas de juros. (...)

Desta maneira, sem rendimentos não há incentivos para que a moeda saia do circuito produtivo, o que é uma proposta essencial dos sistemas de trocas locais. A não incidência de taxas de juros inibe o investimento improdutivo, o que impõe aos Sistemas de Moedas Locais uma característica completamente distinta do sistema financeiro convencional. (MENEZES, 2007, p. 26-28).

Sistematizada na lógica da autogestão, a experiência de circulação da moeda social circulante local detém um sentido de economia pautado na sobreposição do social sobre a lógica mercantil. Em sua pesquisa, Menezes (2007) utiliza da afirmação de Roger Lee de que a moeda é o mais geográfico dos fenômenos econômicos, ao passo que permite a produção econômica e a reprodução social no tempo e no espaço. (LEE, 1999 *apud* MENEZES, 2007¹²). Assim, a proposta da moeda social é (re)enraizar a moeda no território, é promover uma dinâmica de autogestão, de autonomia de um grupo sobre as riquezas geradas por ele. Configura-se em uma alternativa à lógica hegemônica de produção e reprodução da qual se compõe o sistema financeiro-monetário oficial, equivalente ao espaço abstrato, genérico, desenraizado, para uma moeda de base local, infundida por relações não capitalistas.

O escoamento da moeda pode se dar seja por empréstimos concedidos pelos bancos comunitários, pelos trocos em moeda local dados pelos vendedores, por pagamento de parte do salário de funcionários locais conforme comum acordo e, mais comumente, pela troca nos bancos comunitários de reais pela moeda local por qualquer interessado nos descontos oferecidos pelos comerciantes e produtores locais no uso da moeda em troca da fidelização dos clientes. Sendo assim, à circulação da moeda precede a existência de uma coerção urbana entre os moradores que evidencie já a necessidade de desenvolvimento local e de reter as riquezas ali geradas. Se configurando em uma alternativa de desenvolvimento solidário, a moeda social é dependente da confiança e adesão da comunidade para seu funcionamento.

De fato, a instituição de uma moeda circulante local evidencia o fortalecimento de um espaço diferencial produzido como fruto das ações questionadoras da comunidade local em relação à lógica convencional. No caso da moeda, o questionamento dá-se em relação à lógica mercantil, mas sendo possível replicar às demais formas de produção e reprodução hegemônicas.

Para melhor aplicar a relação da moeda social no fortalecimento do espaço diferencial na periferia, uso da categorização feita por Fuller e Jonas (2003¹³ *apud* MENEZES, 2007) frente às finalidades e práticas adotadas por

¹²LEE, R. Local money: geographies of autonomy and resistance? In: MARTIN, R. Money and space economy. New York: Wiley & Sons, 1999. p. 207-224.

¹³FULLER, D.; JONAS, A. Alternative financial spaces. In: LEYSHON, A.; LEE, R.; WILLIAMS, C. C. (Eds.). Alternative economicspaces. London: Sage, 2003. p. 55-73.

instituições¹⁴ como os bancos comunitários ao se constituírem em alternativas à lógica vigente. Eles propõem três categorias:

i) alternativas-opositoras, que seriam as instituições cujo propósito é a construção de valores e normas diferentes e negadoras da tendência dominante; ii) alternativas-suplementares, que seriam antes uma opção adicional do que uma escolha de contrapor-se à hegemonia; e iii) alternativas-substitutas, que ocupam espaços vazios ou antes ocupados por instituições convencionais. (MENEZES, 2007, p. 13).

À medida que se compreende que o espaço diferencial produzido não necessariamente deva evidenciar um enfrentamento ao capitalismo hegemônico, mas sim um movimento social que busca uma forma alternativa de vida política e econômica, podemos compreender, assim como a pesquisa de Menezes (2007), que as experiências no Brasil dos bancos comunitários se configuram ao mesmo tempo em alternativas suplementares e substitutas. De fato, as moedas sociais compreendem uma nova opção mercantil frente à convencional, sem, contudo, ocorrer um enfrentamento a esta, ocupando também os espaços vazios que o sistema convencional não ocupa (seja por não ter interesse ou não ser capaz de atuar).

À medida que uma área urbana é delimitada para receber uma alternativa de relacionamento de compra e venda de produtos e serviços, que a diferenciam do restante da cidade, há o estabelecimento de uma dinâmica que contribui na constatação de que a lógica oficial do mercado de livre concorrência não atende as necessidades e potencialidades locais daquela área. E sob a ótica da produção do espaço, apresentada no item anterior, percebe-se ser a lógica oficial do mercado e das demais formas de produção e reprodução capitalistas, a responsável por uma legitimação da situação precária da área urbana em questão.

Assim, o visado desenvolvimento local¹⁵, ou desenvolvimento endógeno, ou ainda *endodesenvolvimento*, proposto na instituição dos bancos comunitários pode ser entendido aqui também como a promoção de uma reestruturação urbana na área em questão. Reestruturação urbana não no sentido restrito de promoção de infraestrutura ou de serviços públicos, mas sim em relação ao conceito de urbano trabalhado por Lefebvre, que trata do processo que conduz à emancipação da sociedade e que modifica as tendências da lógica industrial – sobretudo referente à força de redução das diversidades, ou seja, da homogeneização do espaço abstrato.

E na efetivação deste horizonte, que pode ser denominado de urbano utópico, a tríade festa, poder e excedente enfim se realizaria.

Assim, no item seguinte busco evidenciar a circulação da moeda social de uma área periférica urbana frente seu significado de fortalecimento do espaço diferencial, ou seja, de indutor de um processo de *desalienação* de uma população da lógica capitalista oficial.

¹⁴Os autores analisam os *Local Employment and Trade Systems (LETS)*, tidos como pioneiros na formulação de clubes de trocas e moedas sociais, que tiveram seu início em Vancouver, no Canadá, no início da década de 1980 e depois foram disseminados na Inglaterra, Escócia, Noruega, Finlândia, Bélgica, Holanda, França, Austrália e Nova Zelândia, dentre outras experiências similares.

¹⁵ Utilizo do conceito trabalhado por Furtado (1978) de desenvolvimento sendo a expressão da capacidade para criar soluções para problemas específicos, diferente da ideia de crescimento econômico.

Considerações – o desenvolvimento local e o espaço urbano da diferença

O termo alienação é aqui abordado sob a ótica de Marx investigada por Ollman (1976), que trata o conceito como sendo elemento central do trabalho e da produção do capitalismo – relacionando a produção de bens e o processo de mercantilização expandido às relações sociais e à vida. Assim, tem-se aqui a alienação social como um estado coletivo ou individual em que é eliminado o senso de participação política, de questionamento da lógica hegemônica, de pensamento crítico – no qual se passa a aceitar tudo que é dado como algo natural, racional ou divino. Neste sentido, temos a alienação como fenômeno do processo homogeneizador de produção do espaço abstrato capitalista de base industrial.

Bourdieu (1997, p. 160) descreve como *efeito de naturalização* este estado que (de)forma e dissimula o espaço quando, por haverem ali características e diferenças sociais determinadas pela lógica histórica, estas acabam, assim, por parecerem surgidas da natureza das coisas. Dessa forma, segundo o filósofo, a inscrição durável das realidades sociais regidas pela posse de capital no “mundo natural” origina este processo que faz das estruturas sociais fenômenos naturais, ou melhor, das estruturas objetivadas, experiências internalizadas (subjetivas).

Adiciono às análises de Ollman e Bourdieu, a visão de Karl Polanyi (2012) que apresenta a problemática da naturalização e autonomia dos fenômenos econômicos sobre as demais esferas da sociabilidade humana, que são assim convertidas em “meros acessórios” dos mercados nas sociedades modernas. Polanyi descreve o processo de desnaturalização da sociedade pela autonomia da economia em um *continuum* histórico – ressaltando que antes da emergência moderna do “sistema oferta-demanda-preço” eram as relações econômicas que se encontravam enraizadas e subordinadas às relações sociais de natureza política, jurídica, religiosa, estética etc. (POLANYI, 2012; BONALDI, 2014).

Dessa forma, o processo de alienação capitalista e de arranjos e disputas pela localização territorial a partir da posse de capital econômico financeiro se une à visão de um espaço abstrato que busca dominar e homogeneizar a dinâmica urbana. As periferias urbanas podem ser vistas assim como fruto de um processo de produção do espaço abstrato de expropriação que, comandado pela lógica de produção e acumulação capitalista, tende a apagar as diferenças culturais, étnicas e históricas à medida que direciona a localização de uma população urbana de acordo com sua renda, onde o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso da terra urbana.

Importante ressaltar que o conceito lefebvriano de diferença não se baseia nas particularidades individuais, “mas nas diferenças que emergem de um processo de luta” (COSTA, COSTA, 2005, p. 375). Dessa forma, com o foco na luta cotidiana, este conceito não se enquadra nas diferenças em termos étnicos e de gênero, mas sim frente às relações homogeneizadoras impostas pela dinâmica capitalista.

Quando, pois, é identificado um processo de resistência à tendência homogeneizadora do espaço abstrato, ou um contexto de questionamento da lógica hegemônica produtora do espaço, há assim a emergência do espaço diferencial.

Aliado ao conceito lefebvriano de diferença, temos a definição de Furtado (1978) para o “verdadeiro desenvolvimento”, o qual diferentemente da

ideia de crescimento econômico, recebe um caráter endógeno ao ser tido como “expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade.” (p.80).

Assim, se a lógica do capital industrial tende à atenuação de diferenças e diversidades, e o desenvolvimento tem a criatividade e a diversificação como vetores, entendo que focalizar a emergência do urbano utópico na periferia como recuperação da diversidade se torna fundamento da criação endógena de respostas técnicas, econômicas e institucionais¹⁶.

De fato, atrelada aos aspectos da economia solidária, a moeda social, tem por objetivo, segundo França Filho (2008), o de resgatar o sentido antropológico da moeda, como algo que permite vincular-se a uma totalidade social: “Para além de um simples papel de mediador das trocas, a moeda social deve ser compreendida ‘como mediação social e como relação ao grupo como um todo’” (SERVET, 1999 *apud* FRANÇA FILHO, 2008). Tal análise permite vislumbrar na adoção da moeda social a economia tomar um sentido inverso que o apontado por Polanyi (2012). Para este, as práticas econômicas naturalizam-se na sociedade à medida que se abstraem e desenraizam-se do território – o autor apresenta a economia como uma lógica hegemônica sobre os demais aspectos da sociedade, sendo global e totalitária para todo e qualquer povo e lugar. Já a moeda social propõe um retorno ao local, ao espaço produzido e vivido a partir de iniciativas da comunidade ali constituída.

Neste sentido, a busca por utilizar da ideia de fortalecimento de um espaço diferencial na adoção da moeda social tende a ultrapassar o sentido de resistência no processo de transformações para a produção deste “novo” espaço. Paul Singer (2008) afirma que a economia solidária não visa se limitar apenas a uma resistência à lógica vigente (seja econômica, social e até urbana), mas propõe uma dinâmica desalienante, uma nova alternativa¹⁷, um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho.” (SINGER, 2000, p.13).

Como exemplo, as moedas sociais possibilitam uma articulação à lógica monetária e comercial oficial, não se configurando, portanto, a um embate à lógica vigente, como o termo “resistência” pressupõe.

Neste caso, quando há uma experiência coletiva/comunitária de questionar as contradições e a autonomia do sistema monetário (e demais aspectos constituintes da lógica hegemônica) e a partir daí são promovidas alterações locais significativas nas relações econômicas, sociais e políticas

¹⁶ Tenho como referência para tal constatação o estudo de Silva (2015) que traça as relações entre o uso de recursos e a conservação do bioma no debate sobre o desenvolvimento na Amazônia.

¹⁷ Paul Singer (2008) cita teóricos para os quais a economia solidária é uma parte compensadora do capitalismo: “Acreditam que o capitalismo está aí para ficar, mas que necessita, como contrapeso aos seus exageros – desigualdades, criação de miséria –, de uma economia solidária, apoiada no estado. Laville defende isso com todas as letras. Não é meu ponto de vista” (p. 306), defende Singer. O autor, por outro lado, compreende a economia solidária como proposta de outra dinâmica, não complementar, mas alternativa – que deve existir até em uma situação de não-miséria: “Se for apenas para atender às insuficiências do capitalismo, a economia solidária poderá continuar existindo, mas terá um papel absolutamente secundário de atenuador de contradições” (p. 308).

daquele povo, temos assim, a demarcação de um território onde ganha força a diferença e a criatividade.

Importante destacar ainda que a simples introdução de uma moeda social não é capaz de evidenciar por si só um desenvolvimento local e tampouco a emergência do urbano lefebvriano na cidade a partir das periferias. O que esta reflexão visa é identificar o potencial de unir a visão de Lefebvre de produção do espaço a uma para experiência socioeconômica com significados eminentemente portadores de novos e alternativos horizontes para a *práxis* urbana.

De fato, o caráter verdadeiramente endógeno da experiência com moedas sociais compreende a capacidade de produzir/comercializar/consumir produtos e prestar/contratar serviços de forma a reproduzir as diversidades locais como potencial de apropriação do espaço da cidade, ultrapassando assim a ideia do desejado crescimento econômico local para alcançar possibilidades também de desenvolvimento político e cultural de sua população, rumo à realização progressiva da sociedade urbana prevista por Lefebvre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONALDI, E. V. Karl Polanyi, **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Resenha. Tempo Social, vol.26 no.1, São Paulo Jan./June 2014.

BOURDIEU, P.. Efeitos de Lugar. In: _____(coord.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTELLS, M.. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

COSTA, G. M. A Contribuição da Teoria de Espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: LIMONAD, E.. **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre**. Niterói: Ed. GECEL-UFF, 2003, p. 9-14.

COSTA, G. M. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? **Etc... espaço, tempo e crítica**: Revista Eletrônica Científica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas, v. 1, n.2, jul./ set. 2007.

COSTA, H. S. M; COSTA, G. M. Repensando a análise e a práxis urbana: algumas contribuições da teoria do espaço e do pensamento ambiental. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M.B. (org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 365-382.

FAINSTEIN, S. Justice, politics and the creation of urban space. In: MERRIFIELD, A.; SWYNGEDOUW, E. **The urbanization of injustice**. New York: New York University Press. 1997. p. 18-44.

FRANÇA FILHO, G. C.. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: SILVA, J. T. J. et.al.. **Gestão Social**,

Práticas em Debate, Teorias em Construção. Juazeiro do Norte, julho de 2008. p. 117-128.

FREIRE, M. V.. **Moedas Sociais:** contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Direito, Estado e Constituição, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GOTTDIENER, M.. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: EDUPS, 1993.

KOWARICK, L.. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGO, L. C.. **A “periferia” metropolitana como lugar do trabalho:** estrutura sócio-ocupacional e mobilidade cotidiana no Rio de Janeiro. In: LASA International Congress, 2009, Rio de Janeiro: Latin American Studies Association, 2009.

LEFEBVRE, H. Space: social product and use value. In: FREIBERG, J. (ED.). **Critical Sociology:** European perspective. New Yor: Irvington Publishers, 1979.

LEFEBVRE, H..**The production of space.**Tradução SMITH, D. N.. Oxford: Blackwell,1993.

LEFEBVRE, H.. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro Editora, 2008.

MARQUES, E.. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (org.). São Paulo - **segregação, pobreza edesigualdades sociais.** São Paulo: Ed. Senac, 2005. p. 19-56.

MARQUES, E.; BICHIR, R. M.. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **Espaço & Debates**, n. 42, 2001. p. 9-30.

MARQUES, E; TORRES, H. (org.). **São Paulo** - segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

MENEZES, M. S.. **Moedas Locais:**uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. 2007. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MONTE-MÓR, R. L. M.. **Gênese e estrutura da cidade mineradora.** Belo Horizonte: Cedeplar, 2001. Texto para discussão n. 164.

MONTE-MÓR, R. L. M... **O cotidiano e a produção do espaço.** Palestra proferida no III Colóquio de Pesquisas em Habitação. Belo Horizonte: EA-UFMG, 2006a. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/>>. Acesso em: jan. 2016.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Cedeplar. (Texto para Discussão, No. 281). 2006b.

MUMFORD, L. **A cidade na história**. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PAVIANI, A.. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L.. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

PEREIRA, W. M.; CROCCO, M. A.. Inclusão financeira a partir de moedas locais: um estudo exploratório do Banco Palmas, Fortaleza - CE.. In: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos IPEA e Associações de Pós-graduação em Ciências Humanas**, II Conferência do Desenvolvimento, Brasília, 2011.

OLLMAN, B.. **Alienation: Marx's Conception of Man in Capitalist Society**. Cambridge University Press, 1976. Disponível em: <https://www.nyu.edu/projects/ollman/docs/a_ch18.php>. Acesso em: jan. 2016.

POLANYI, K.. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012. 382 pp.

RIGO, A. S.. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, B. S.. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SERVET, J.M. et alii (org.), **Une économie sans argent – Les systèmes d'échanges locaux**. Paris: Editions du Seuil, 1999.

SILVA, H.. Cidades, urbanização, desenvolvimento na Amazônia: notas para uma interpretação lefebvriana. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. v. 1. 556p.

SINGER, P. I. (Org.) ; SOUZA, A. R. (Org.) . **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. I. Finanças solidárias e moeda social. In: FELTRIM; L.E., VENTURA; E.C.F., DOLD, A.V.B.. **Projeto inclusão financeira**. Brasília, Banco Central do Brasil, 2009. p. 69-78.

SINGER, P. I. O Banco Comunitário de Desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas, São Paulo: A9 Editora, 2013. p. 35-40.

SINGER, 2008. Entrevista. In: Paulo de Salles Oliveira. Economia solidária. Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**22 (62), 2008. 289-314

SOARES, C. L. B.. **Moeda social** – uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil Contemporâneo. 2006. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOJA, E. A dialética Sócio-espacial. In: _____. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 97-116.

TOPALOV, C. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaços e Debates**. Ano VIII, v.1, n. 23, 1988. p.05-30.